

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N^o 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**O “PANOPTISMO” E O MEDO COMO MODELADORES
DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA REFLEXÃO
SOBRE O PODER DA MÍDIA ATUANDO NA VIDA
COTIDIANA DOS UBERLANDENSES**

S, 9(c) T.C
ass. História cidad. imprensa
4028

ALLAN CARLOS MARQUES

ALLAN CARLOS MARQUES

O “PANOPTISMO” E O MEDO COMO MODELADORES DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA REFLEXÃO
SOBRE O PODER DA MÍDIA ATUANDO NA VIDA
COTIDIANA DOS UBERLANDENSES

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História do Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para
A obtenção do título de Graduação em
História, sob a orientação da Profª. Dra.
Marta Emília Jacinto Barbosa.

UBERLÂNDIA

2010

ALLAN CARLOS MARQUES

O “PANOPTISMO” E O MEDO COMO MODELADORES DA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA REFLEXÃO
SOBRE O PODER DA MÍDIA ATUANDO NA VIDA
COTIDIANA DOS UBERLANDENSES

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa

Prof. Dr. Sergio Paulo Morais.....

Prof. Ms. Carlos Meneses de Sousa Santos.....

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador pela vida e por ter me ajudado a chegar até aqui. Aos meus familiares, em especial, à minha mãe, Alda, por seu carinho, amor e atenção. Ao meu pai, Carlos Humberto, por ter me ensinado que a vida deve ser construída com muito esforço, trabalho e dedicação, e aos meus irmãos, Thaís e Filipe, por terem acreditado em meu potencial.

Também deixo os meus sinceros agradecimentos à minha orientadora Dra. Marta Emísia J. Barbosa, pelos ensinamentos, por sua paciência, apoio e sabedoria, e aos colegas de curso, dentre os quais não poderia deixar de citar os nomes do Cleber, Ludiel, Bruno, Saulo, Stela, Daniela, Fernanda, Ana Carolina, Luciana e muitos outros estimados companheiros e companheiras com quem construí grandes amizades, compartilhando momentos de aflição, prazer, alegria e de muito trabalho.

Por fim, gostaria de deixar um grande abraço ao nosso eficiente e agradabilíssimo secretário da coordenação do Instituto de História, João Batista, não só por desempenhar o seu trabalho muito bem, mas também por ter me atendido durante estes cinco anos de graduação de forma prestativa, esclarecedora e bem humorada.

RESUMO

Esta monografia busca problematizar a relação existente na cidade de Uberlândia entre o medo da criminalidade violenta e a transformação no modo de vida das pessoas, que passaram a privilegiar cada vez mais os espaços privados em detrimento do espaço público, fazendo uso cada vez maior de aparatos de segurança como câmeras monitoras, alarmes, cerca elétrica, construindo muros cada vez mais altos, com grades e portões reforçados.

Para tanto, partimos de uma análise sobre o termo “panoptismo”, tendo como pedra angular dessa discussão o Livro “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, de Michel Foucault. Sob essa perspectiva, nossa reflexão consiste na análise das informações de duas fontes: as publicações do Jornal Correio de Uberlândia entre o período de janeiro de 2005 a dezembro de 2009, encontradas no Arquivo Municipal de Uberlândia, e também as estatísticas sobre os índices de criminalidade em Uberlândia entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2009, fornecidas pela Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região da Polícia Militar (9ª RPM) com sede em nesta cidade. Ao cruzar tais informações, buscamos compreender de que forma o medo da criminalidade e da violência “moldam” a rotina diária de vida das pessoas, e também o porquê as notícias que retratam casos de violência têm uma repercussão tão impactante na sociedade.

Palavras-chaves: História; violência; medo.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – PRESENÇA CONSTANTE DO MEDO: a violência urbana e a imprensa em Uberlândia	10
1.1 – O “panoptismo” e o medo como modeladores do modo de vida.....	13
1.2 – A construção de estereótipos.....	20
1.3 – Barreiras físicas, psicológicas e sociais.....	22
Capítulo 2 – A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DO SIMBÓLICO.....	26
1.1 – O medo Urbano.....	27
1.2 – Uberlândia em cena.....	31
1.3 – Uberlândia está mais segura!?.....	35
Considerações finais.....	43
Fontes.....	45
Bibliografia.....	46

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca abordar os problemas urbanos na cidade de Uberlândia e os conflitos sociais atuais, destacando a problemática do sentimento de medo e insegurança e a forma pela qual a sensação de “riscos” vinculados à criminalidade cotidiana tem influenciado diretamente na rotina diária de vida das pessoas.

No Capítulo 1, “Presença constante do medo: a violência urbana e a imprensa em Uberlândia”, é discutida a forma generalizada que o medo assumiu nos grandes centros urbanos sob a perspectiva dos diversos meios de disciplina, vigilância e punição. Para tanto, refletimos sobre a dicotomia entre campo e cidade através da edição do dia 06 de fevereiro de 2005 do Jornal Correio de Uberlândia, em que, segundo a reportagem, o campo é tido como o local da tranquilidade e do sossego, e a cidade como local dinâmico e violento, cheio de desafios e “perigos”. Neste capítulo também discutimos a questão do “panoptismo”¹ e do medo da violência como “modeladores do modo de vida” das pessoas na medida em que elas passam a agir em função de seus temores, alterando não só a rotina diária, mas também a forma de se relacionar com os outros e com o espaço público. Neste momento, chamamos a atenção, em especial, para a questão da construção de estereótipos, em que as pessoas são rotuladas, selecionadas e excluídas e também para a questão do abandono dos espaços públicos e a escolha por espaços privados, como os Shoppings Centers, onde há o monitoramento de câmeras de segurança e a presença intensiva de vigias.

Ainda no primeiro capítulo, discutimos como a utilização de barreiras físicas – muros altos, grades e portões reforçados, cercas elétricas – geram também barreiras psicológicas, sociais e um “mundo exterior” para além dos aparatos de segurança, uma vez que essas barreiras além de separarem os homens, seja em classes sociais, etnias, culturas ou raças, reforçam ainda mais as barreiras “psicológicas” e “sociopolíticas”, como afirma Teresa Pires do Rio Caldeira, aumentando o medo e a insegurança em relação ao “outro”².

Já no Capítulo 2, buscamos refletir sobre a forma como a “violência” tem sido abordada pela mídia, tendo como fontes de pesquisa as edições do Jornal Correio de Uberlândia entre o período de janeiro de 2005 e dezembro de 2009 e as estatísticas

¹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

² CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000.

sobre os índices de criminalidade em Uberlândia entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2009, fornecidas pela Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região da Polícia Militar (9ª RPM) com sede em nesta cidade. O objetivo é cruzar as informações dessas fontes e refletir sobre a questão do medo da criminalidade violenta, principalmente dos crimes contra a vida e o patrimônio em Uberlândia e também sobre o papel da imprensa nesse processo.

Ao dialogarmos com diversos autores e refletirmos sobre nossas fontes de pesquisa, chegamos à conclusão de que a sensação de segurança não tem nenhuma relação com as estatísticas e os índices de redução da criminalidade, mas pelo contrário, como o geógrafo Marcelo Lopes de Souza salienta:

a impressão de que a insegurança pública ‘piorou’ ou ‘melhorou’ é sempre decorrente de uma comparação no tempo. A isso se acrescentam as comparações feitas pela população entre locais distintos, com base, o mais das vezes, em vagas informações³.

Nesse sentido, nosso estudo demonstra que nos grandes centros urbanos, entre as notícias que fazem apologia ao trabalho da Polícia e que apontam para índices significativos de redução da criminalidade e as notícias que retratam casos de violência, estas últimas são muito mais difundidas entre a população e têm uma repercussão muito mais impactante na sociedade.

³ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 7-8.

CAPÍTULO 1

PRESENÇA CONSTANTE DO MEDO: a violência urbana e a imprensa em Uberlândia

A lista dos casos de violência urbana é praticamente infinita. Alimenta um sentimento de insegurança que se converteu numa paixão: a paixão pelo medo como (des)organizadora das relações com o espaço público⁴.

Quando nos referimos a uma “presença constante do medo” estamos nos referindo ao medo generalizado em relação à violência urbana, e mais especificamente aos crimes contra a vida e o patrimônio. Como podemos observar no trecho supracitado, a “paixão pelo medo” tem influenciado diretamente na dinâmica da vida social, alterando tanto as relações interpessoais quanto aquelas entre as pessoas e o espaço público.

Na edição do dia 06 de fevereiro de 2005 do Jornal Correio de Uberlândia, notamos um fato bastante curioso. Na primeira página está impressa uma manchete muito bem destacada com os seguintes dizeres: “Cidade começa a invadir a roça”. Essa manchete é um chamativo para a leitura da matéria da repórter Margareth Castro, impressa na página B2 do Caderno *Cidade* desta mesma edição. Nesta reportagem, Margareth chama a atenção para o crescimento da cidade e os problemas que essa expansão acarreta, intitulando sua matéria com a afirmativa de que o “Crescimento urbano tira paz do campo”, através da qual a repórter apresenta o dualismo entre campo e cidade, em que o campo é tido como o “local da tranquilidade e do sossego”, e a cidade como local dinâmico e violento⁵.

Segundo Margareth Castro, as comunidades rurais de Olhos d'Água e Tenda dos Morenos deixaram de desfrutar de toda tranquilidade que o campo proporciona com a implantação dos novos bairros uberlandenses Marielza e Morumbi, distantes um quilômetro de cada comunidade respectivamente. De acordo com a reportagem, em 2005, cada comunidade possuía, em média, 200 famílias que buscavam preservar sua história e tradição, todavia, a autora afirma que o crescimento de Uberlândia “mudou a rotina das comunidades rurais” em que, se por um lado promoveu a “integração” entre

⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, pp. 48-49.

⁵ Jornal Correio de Uberlândia 06 de fevereiro de 2005, Caderno Cidade, p. B2.

campo e cidade e o maior acesso a produtos e tecnologia, por outro lado, as comunidades rurais também sofreram com o aumento da criminalidade e da violência, aumentando a sensação de insegurança da população, tanto que alguns comerciantes chegaram a implantar sistema de segurança interno em suas lojas⁶.

Ainda sobre o dualismo campo/cidade, o Jornal Correio de Uberlândia apresenta no Caderno *Cidade* outra matéria no dia 15 de janeiro de 2005, reportagem esta que inclusive foi publicada antes da reportagem sobre as comunidades Olhos d'Água e Tenda dos Morenos que discutimos acima. Na matéria do dia 15 de janeiro é discutida a rotina dos moradores de pequenas cidades, todas localizadas a menos de 200 quilômetros de Uberlândia, onde, segundo a repórter Selma Silva, responsável por essa matéria, o medo da violência e a insegurança não fazem parte de preocupação diária de seus habitantes. Selma Silva também diz que recomendações como “não abra a porta para estranhos, mantenha os vidros do carro fechados e não ande sozinho à noite em locais isolados”, são regras básicas de segurança comuns às pessoas que vivem nos grandes centros urbanos, porém são “desconhecidas” pelos moradores das cidades de Cascalho Rico, Douradoquara, Romaria, Abadia dos Dourados, Perdizes, Grupiara e Pedrinópolis, municípios com população entre 1,3 e 12,3 mil habitantes, onde, segundo Selma Silva, as celas destinadas aos criminosos ficam vazias na maior parte do tempo⁷. A repórter ainda acrescenta que até o dia 15 de janeiro de 2005, o último homicídio em Pedrinópolis havia ocorrido há mais de 20 anos e o mesmo não consta nos registros do destacamento da Polícia Militar. As pessoas da cidade conhecem o fato através da narração da história pelos mais velhos.

Segundo Selma Silva, até o momento da publicação desta matéria, existiam 205 municípios mineiros que não tinham registros de crimes considerados como violentos no Código Penal Brasileiro. A repórter chama estas cidades de “verdadeiras ‘ilhas de paz’”⁸ onde:

O levantamento feito pela Fundação João Pinheiro – referente aos meses de abril a junho de 2004 – mostram que os habitantes de 24% dos municípios tomaram conhecimento de fatos violentos, no período, somente por meio de noticiários do rádio e da televisão⁹.

⁶ Jornal Correio de Uberlândia 06 de fevereiro de 2005, Caderno Cidade, p. B2.

⁷ Idem, 15 de janeiro de 2005, Caderno Cidade, p. B1.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

Do fragmento acima podemos notar, direta ou indiretamente, a presença da mídia na construção de uma imagem do campo e outra da cidade e, por meio principalmente do rádio e da televisão, divulga em seus noticiários dentre outras matérias, matérias sobre a violência no país e no mundo, através das quais, segundo Selma Silva, comunidades rurais e pequenos municípios tomam conhecimento sobre fatos violentos. Por outro lado, a expressão “ilhas de paz” utilizada pela repórter é bastante questionável na medida em que o próprio significado do termo “ilha” – “porção de terra cercada de água por todos os lados”¹ – não permite fazer uma analogia com a realidade social sob perspectiva da violência, uma vez que não podemos considerar uma “ilha de paz” como sendo um município “isolado” onde reina a tranquilidade e a paz cercado por ondas de criminalidade e violência por todos os lados, visto que a televisão, o rádio, as revistas, os jornais também estão dentro das casas dos habitantes destes pequenos municípios, disseminando imagens e notícias sobre a violência, como podemos observar na charge de Ivan Cabral²:



Na charge ao lado podemos notar como Ivan Cabral retrata de forma bem humorada uma das formas de “invasão” das notícias sobre violência na casa das pessoas. Notícias estas que têm causado nos telespectadores a sensação de que a violência é eminente e está sempre presente. A charge também ilustra a questão do sensacionalismo da mídia, que tem contribuído para o aumento do medo de forma generalizada*.

Outra questão importante para salientarmos é que a violência também é existente e efetiva nestes pequenos municípios, uma vez que a própria noção de “violência” não

¹ Definição encontrada em: RIOS, Dermalval Ribeiro. Mini Dicionário escola da língua portuguesa. São Paulo: DCL, 1999.

¹¹ Nascido em Areia Branca-RN, em 1963, o cartunista e chargista Ivan Cabral, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ocupa lugar de destaque na página de Opinião do Diário de Natal, para o qual trabalha desde 1988.

* Charge de Ivan Cabral, 26/10/2008, disponível em http://3.bp.blogspot.com/_Us7czZwmqg/SPOGekcD-I/AAAAAAAAABo4/UcmE8If3_pA/s400/charge-violenciav2.jpg. Acessado em: 17 de maio de 2010.

se restringe ao homicídio, como delimita Selma Silva, ou ao roubo a mão armada, mas se estende também à violência doméstica, conjugal, passional e diversos outros delitos contra a pessoa e o patrimônio.

Nessa mesma matéria, Selma elenca na última coluna de sua reportagem as três cidades que segundo a Fundação João Pinheiro, são consideradas as mais violentas do Estado de Minas Gerais. São elas Belo Horizonte, seguida por Contagem e, ocupando o terceiro lugar, Uberlândia. Segundo a repórter, em Uberlândia a capacidade prisional é de 886 vagas, mas o número de detentos até o dia 14 de janeiro de 2005 era de 1.184 – um excesso de 278 presos.

Como podemos observar, Selma Silva cria um dualismo entre campo e cidade, em que a repórter aponta para os problemas que os grandes centros urbanos enfrentam em detrimento dos pequenos municípios. De um lado a criminalidade, a violência, a deficiência do sistema prisional e o medo são inerentes ao modo de vida da sociedade, por outro, a tranquilidade, a despreocupação com o crime e as celas vazias são motivo de orgulho das pequenas cidades e comunidades rurais. O grande problema desse dualismo criado por Selma Silva é que ao aceitá-lo incorremos na “naturalização” da questão da violência, ou seja, a violência passa a ser vista como problema inerente apenas aos grandes centros urbanos cujo crescimento passa a ser uma ameaça à “tranquilidade” das comunidades rurais e das pequenas cidades.

O “panoptismo” e medo como modeladores do modo de vida

Ao analisarmos as reportagens de Margareth Castro e de Selma Silva notamos que existe uma íntima relação do modo de vida que as pessoas levam, tanto dos grandes centros urbanos quanto dos pequenos municípios, com os índices de criminalidade e o medo em relação ao crime e a violência.

As regras básicas de segurança comuns às pessoas que vivem nos grandes centros urbanos citadas por Selma Silva – “não abra a porta para estranhos, mantenha os vidros do carro fechados e não ande sozinho à noite em locais isolados” – são condutas preventivas, mas também são hábitos que de certa forma moldam o modo de vida das pessoas¹². Por outro lado, é um grande equívoco pensar que os habitantes das pequenas cidades e também das comunidades rurais não atentam para estas e/ou outras medidas

¹² Jornal Correio de Uberlândia 15 de janeiro de 2005, Caderno Cidade, p. B1.

de segurança. O que temos notado é que a preocupação com tais medidas tem se tornado cada vez mais em uma constante na vida das pessoas, tanto das que vivem nos grandes centros urbanos quanto daquelas que vivem nos pequenos municípios e comunidades rurais, como podemos observar na reportagem do dia 06 de fevereiro de 2005, quando a repórter Margareth Castro afirma que o senhor Itamar da Silva, residente até aquele momento há três anos e dois meses em Olhos d'água, resolveu instalar um sistema de circuito interno de segurança na sua venda, após ter sido assaltado quatro vezes¹³.

Como podemos notar, as medidas adotadas pelo senhor Itamar foram reativas, pois, ele precisou passar pela desagradável experiência do assalto para reforçar a segurança do seu comércio. Portanto, a “experiência” foi o “motor” que levou Itamar da Silva a adotar medidas de segurança mais severas. Todavia, a adoção dessas medidas nem sempre são admitidas apenas por pessoas que sofreram algum tipo de ação criminosa, visto que existem outros “motores” que também levam as pessoas à ação, e o principal deles é a imprensa, tendo em vista que a imprensa é um espaço privilegiado de poder e mobilização de ações e opiniões. Nesse sentido, no que tange à questão da violência e na disseminação do medo a imprensa possui um poder de persuasão bastante impactante, principalmente quando suas reportagens sensacionalistas invadem as residências através de jornais, rádios e televisões, tornando o perigo cada vez mais real e eminente.

O uso de câmeras de segurança, cerca elétrica, muros altos e evitar o contato com pessoas estranhas são medidas de segurança e condutas que têm se tornado cada vez mais frequentes e que alteram, como mencionamos anteriormente, tanto as relações interpessoais quanto aquelas entre as pessoas e o espaço público. Michel Foucault em “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, na Terceira Parte do livro, Capítulo III, intitulado de “O Panoptismo”, discute sobre como formas de poderes como a *vigilância* e a *punição* se destinam a “disciplinar” as pessoas para que elas cumpram normas, leis e condutas de acordo com a vontade de quem detém o poder.

O panoptismo que Michel Foucault trás à discussão é uma temática inserida no contexto social dos séculos XVII e XVIII, todavia, ainda é uma realidade bastante contemporânea, no que se refere à formação de indivíduos “sócio-disciplinados”. O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural que Foucault utiliza para ilustrar

¹³ Jornal Correio de Uberlândia 06 de fevereiro de 2005, Caderno Cidade, p. B2.

intensificação da punição e da vigilância ao longo dos séculos XVII e XVIII, e que se estende até os dias de hoje, assumindo diversas formas e estratégias novas.

O *Panóptico* consiste numa prisão em formato circular, ou formato de anel, com construção periférica dividida em celas tendo ao centro uma torre de controle onde permanece um vigilante que tem visão de tudo que se passa dentro das celas. Nesse sentido, na incerteza de estar sendo vigiado ou não, o preso permanece disciplinado. Portanto, como podemos notar, a estrutura da torre central é tão eficaz que estando as celas em um nível bem abaixo da guarita da torre, os presos não conseguem vislumbrar o vigia, assim, mesmo que haja um vigia na torre, a estrutura da mesma força os condenados à se auto-vigiarem diante da incerteza de estarem sendo observados ou não. A vigilância é, portanto, uma maneira de observar e de disciplinar os indivíduos, fazendo com que estes cumpram com todos os seus “deveres”. Trata-se de um poder que atinge os corpos das pessoas, seus gestos, seus discursos, suas atividades, sua aprendizagem, sua vida cotidiana. Atualmente, sentir-se vigiado e, ao mesmo tempo, não saber se há de fato um vigia é uma sensação bastante comum, principalmente em lojas que possuem fixados nas paredes a mensagem: “sorria, você está sendo filmado”. Diante dessa mensagem que substitui a torre do *Panóptico* de Bentham, nos sentimos vigiados, mesmo que o lugar não possua câmera ou circuito interno de segurança. Esse mesmo efeito funciona quando notamos a presença de câmeras nos ambientes em que adentramos, mesmos que estas não funcionem, uma vez que nunca temos essa certeza.

Segundo Foucault, “não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens”¹⁴. Em outras palavras, somos autores e vítimas de um processo que nós mesmos criamos e alimentamos. Aceitamos a condição de sermos *vigiados e punidos*, de estar sob as vistas do “olho que tudo vê”, de ter a vida particular invadida pela vigilância permanente em troca da sensação de que direitos fundamentais como a vida e o patrimônio estão sendo assegurados, de que a segurança está sendo reforçada e de que a vigilância e a punição recaem somente sobre os indivíduos que não se adaptam aos códigos e à disciplina. Entretanto, pensar dessa forma é um equívoco, pois, a “vigilância” e a “punição” abrangem a todos, e “todos somos engrenagens dessa máquina panóptica”, e num contexto mais amplo de uma sociedade capitalista em que o

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 190.

Panóptico, bem mais que um talento arquitetural é um acontecimento na “história do espírito humano” que, aparentemente, não passa da solução de um problema técnico; mas através dela, se constrói um tipo de sociedade: a sociedade capitalista contemporânea¹⁵.

Com o advento dessa sociedade, o modo de vida das pessoas foram paulatinamente se adaptando às novas expectativas, exigências e facetas do “modelo Panóptico”, tendo suas vidas transformadas de forma consentida e até certo ponto inconsciente, uma vez que a *vigilância* e a *punição* são inerentes à sociedade capitalista e mais que isso, se “naturalizaram” nessa sociedade de tal forma que os relacionamentos tanto interpessoais quanto com o espaço público são modelados diariamente e “naturalmente”, sem que sejam percebidos pelos indivíduos.

A forma como as pessoas lidam com seus semelhantes é marcada pelo receio, em que “o outro” – aquele que não pertence ao seu ciclo de relacionamento, a sua raça, etnia, classe social, família, religião, – é caracterizando como “estranho”, devendo ser tratado com certa cautela e desconfiança. O que notamos cotidianamente é que as pessoas, em especial das classes média e alta, têm evitado cada vez mais o contato com o “outro” e, conseqüentemente com os espaços públicos, optando pelos espaços privados, como os Shoppings Centers, onde há o monitoramento de câmeras de segurança e a presença de guardas, e pelo contato apenas com aqueles com mesmo padrão de vida que tenham alguma semelhança ou interesse em comum. Essa transformação dos hábitos levou Beatriz Sarlo à seguinte reflexão:

Eu queria analisar as razões que levaram os shoppings centers a derrotar as formas de entretenimento vitoriosas no passado. Enumerei algumas delas: a decadência dos espaços públicos, abandonados durante muitos anos por um Estado desinteressado em mantê-los e, sobretudo, em atualizá-los culturalmente; a insegurança que força a classe média a se refugiar em espaços onde a iniciativa privada garante a ordem e uma certa homogeneidade social; a vitória do imaginário oferecido pelo mercado¹⁶.

A questão colocada por Beatriz Sarlo no fragmento acima em que os shoppings centers derrotaram as formas de entretenimento vitoriosas no passado e que a insegurança força a classe média a se refugiar em espaços onde a iniciativa privada garante a ordem e certa homogeneidade social, pode ser pensada a partir da “vitória” e

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 190.

¹⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 79.

da efetividade do modelo Panóptico no contexto contemporâneo, com todo o seu referencial de vigilância, punibilidade e disciplina, como discutimos anteriormente.

Por outro lado, Marilena Chauí em “Simulacro e Poder” nos apresenta outra perspectiva para pensarmos a sociedade contemporânea sob a óptica do controle, da vigilância e dos relacionamentos interpessoais e com o espaço público. Segundo a autora, quando nos remetemos ao Período Medieval podemos observar algumas transformações com relação ao sentimento de “medo”, quando comparados com a sociedade contemporânea. Para a autora, o que muda na sociedade moderna em relação à medieval é a nova concepção de que o social, o político e a história são percebidos como obras dos próprios homens, ou seja, as relações sociais não são ordenadas por Deus ou pelo diabo, como se acreditava, mas são, antes de tudo, resultado da ação social de grupos divididos e também da reunião de indivíduos isolados. Nesse sentido, segundo Marilena Chauí os homens da sociedade contemporânea passam a ter um medo fundamental:

temem uns aos outros enquanto seres humanos. Donde as teorias políticas modernas do ‘homem lobo do homem’ e da situação pré-política como ‘guerra de todos contra todos. O medo, antes teológico-político, torna-se medo sociopolítico, medo do humano. Ou como diz Riobaldo: ‘Tenho medo de homem humano’¹⁷.

A autora também afirma que o *medo*, outrora *vício dos covardes*, visto pela aristocracia do medievo como excepcional e vergonhoso por um lado, e por outro, como natural e essencial à plebe, “tradicionalmente definida como covarde e temerosa”, sofreu, com o advento da sociedade burguesa, profundas transformações, uma vez que a mudança dos valores éticos e sociais, também transformaram a maneira de definir e localizar o medo, o qual deixou de ser visto como vício característico da plebe para tornar-se em um sentimento comum a todos os homens¹⁸. Assim, o *medo* perdeu seu caráter *teológico-político* para se tornar uma faculdade essencialmente humana: “sociopolítica”.

Em simulacro do poder, Marilena Chauí ainda afirma:

Dissemos que o advento da sociedade moderna altera o sentido do medo, que se torna muito mais difuso do que antes, assume um conteúdo não só psicológico,

¹⁷ CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 91.

¹⁸ Idem, p. 88.

mas ainda sociopolítico e se manifesta como medo da violência dos indivíduos contra os indivíduos, medo do poder e medo do tempo¹⁹.

Diante desta afirmativa, nota-se que o medo disseminado na sociedade contemporânea de conteúdo *psicológico* e *sociopolítico*, como afirma Marilena Chauí, tem influenciado diretamente no modo de vida das pessoas, em especial aquelas de classe média e alta. Assim, o temor ao *homem humano* mina cada vez mais as relações sociais:

Espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou ‘abandonados’ (a frequência com que são visitados diminui dramaticamente) ou, então, ‘cercados’ e ‘monitorados’, o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea²⁰.

No fragmento acima, do geógrafo Marcelo Lopes de Souza, é possível identificarmos a presença do “Panóptico” de maneira bastante intensa e “modernizada”, na medida em que a vigilância passa a invadir os espaços públicos que são cercados e monitorados, vindo a “restringir uma vida pública livre, densa e espontânea”, visto que os “olhos” dos mecanismos de segurança monitoram a todos que estão ao alcance de sua óptica.

Como podemos observar, o *panoptismo* assumiu novas formas e estratégias munidas com toda tecnologia que os sistemas de segurança e vigilância possam oferecer. Em Uberlândia, no dia 20 de junho de 2008, foi inaugurado o projeto “Olho Vivo”, um “Panóptico” constituído pela instalação de 72 câmeras de segurança distribuídas em pontos estratégicos no hipercentro da cidade, distribuídas nas principais avenidas, como Fernando Vilela, João Pinheiro, Floriano Peixoto, Afonso Pena e João Naves de Ávila, se estendendo por esta avenida até o Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, passando ainda pelo Center Shopping. Estas câmeras giram 360 graus em torno do próprio eixo em um raio de até 10 metros com nitidez, captando imagens durante 24 horas por dia em tempo real. Estas imagens são monitoradas pela central de videomonitoramento localizada no 17º Batalhão da Polícia Militar (17º BPM), bairro Santa Mônica. Neste momento, é importante salientarmos que ainda existe a intenção de estender o projeto *Olho Vivo* para os grandes bairros da cidade, como Luizote de Freitas, Santa Mônica e Tibery.

¹⁹ CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, pp. 95-96.

²⁰ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 84.

A aceitação da condição de sermos “vigiados” e “punidos”, de estarmos sob as vistas do “olho que tudo vê”, nos remete à Marcelo Lopes de Souza, quando o autor diz que os espaços públicos ou vão sendo abandonados por causa do medo da violência, ou cada vez menos freqüentados ou então “cercados” e “monitorados”. No caso de Uberlândia, as câmeras já foram instaladas para o monitoramento e à noite, o centro da cidade e mais especificamente as praças públicas que ali se localizam, outrora local de encontros e de lazer, só são freqüentadas quando há algum tipo de festividade, como por exemplo as festas juninas realizadas na praça Tubal Vilela. Em outras situações, a praça normalmente fica “deserta”, principalmente à partir das 21:00 hs, uma vez que o “Panóptico uberlandense” restringe não só o vandalismo e os delinquentes, mas também os casais de namorados, o trabalhador, o transeunte, enfim a todos que passam diante das lentes das câmeras.

Portanto, segundo o raciocínio de Marcelo Lopes de Souza, se por um lado o videomonitoramento facilita o trabalho da Polícia Militar na identificação de delitos e dos seus respectivos autores, por outro, as pessoas comumente se sentem inibidas em sua locomoção ao serem monitoradas, o que tampouco favorece uma “vida pública livre, densa e espontânea”, como afirma Marcelo L. de Souza²¹. Se por um lado as câmeras invadem a vida cotidiana das pessoas com o discurso de proporcionar segurança, por outro, as pessoas continuam temendo os espaços públicos, pois, mesmo sob a vigilância das câmeras, temerosas, as pessoas, principalmente as que não possuem veículos automotores próprios para se locomoverem, continuam a sair menos à noite e a andar menos pelas ruas, deixando de freqüentar os espaços públicos, os quais têm sido vistos como espaços tensos e violentos, um atributo construído, muitas das vezes, não com base na própria realidade, mas socialmente, tendo como referência os estereótipos e o medo das pessoas, ou seja, do “outro”. Sobre essa questão a autora Julia Falivene Alves nos escreve que:

No centro, cada vez mais movimentado, homens caminham segurando firmemente suas pastas, e mulheres agarram-se às bolsas, todos sempre muito atentos a possíveis suspeitos, mas igualmente não se sentem seguros quando entram num elevador, banco, ônibus ou estação de metrô²².

²¹ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 84.

²² ALVES, Julia Falivene. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992, p. 101.

Esse fragmento narra um ritmo cotidiano de vida que tem se tornado cada vez mais freqüente nos espaços públicos, uma vez que “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública”²³, como afirma Teresa Pires do Rio Caldeira.

A construção de estereótipos

Em relação à construção de estereótipos, sabemos que a “criação” de tipos sociais de delinqüentes estigmatizados recebeu o aval da medicina no final do século XIX e início do século XX, com especial destaque para as teorias do médico italiano Cesare Lombroso, porém, essas teorias entraram em desuso por seu caráter superficial e preconceituoso, os quais ferem os preceitos básicos dos Direitos Humanos²⁴. Segundo Elizabeth Cancelli, “as teorias de Lombroso levantavam medo e suspeitas de indivíduos que possuíam determinados caracteres fisiológicos, criando estereótipos e aumentando o preconceito”. Todavia, mesmo diante de todas as determinações legais, sabemos que a criação de estereótipos persiste no imaginário das pessoas e alguns são mais dominantes que outros, no que tange à “descrição dos cidadãos infratores”, como afirma a socióloga Julia Falivene Alves:

É preciso lembrar também que a imagem que se faz do delinqüente, em geral, vem associada à cor negra ou parda, ao analfabetismo, à pobreza etc., coisas que pesquisas realizadas nas penitenciárias não comprovam de modo algum. Fruto do preconceito contra as classes despossuídas, esse estereótipo gera discriminações e justifica vários tipos de abuso contra o cidadão mais carente, visto sempre como suspeito e tratado como marginal²⁵.

Em “O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana”, Robert D. Storch discute sobre a reforma da polícia urbana inglesa no início do século XIX e o impacto que esta causou sobre a sociedade através da implantação de novos “valores burgueses”, os quais tinham como pressupostos a ordem, a disciplina e a segurança, o que chocou com vários aspectos da vida diária e tradicional das classes mais pobres²⁶. Não há

²³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000, p. 301.

²⁴ Sobre as teorias de Lombroso e a construção da “*noção de crime*” leia: CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

²⁵ ALVES, Julia Falivene. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992, p. 102.

²⁶ STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. Trad. C. M. Azevedo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 5, nº 8/9, set. 1984/ abril 1985.

dúvidas de que os “novos valores burgueses” do século XIX que nos referimos acima são hoje velhos valores burgueses que persistem e que, em certa medida, são protegidos e assegurados pela polícia e demais órgãos de segurança pública na atualidade. Nesse sentido, cor negra ou parda, pobreza, analfabetismo, trajes sujos, todas essas características e outras mais, formam o perfil das pessoas que freqüentemente são apontadas como desordeiras e delinqüentes em potencial e não raro são abordadas pela polícia por despertarem suspeita, sendo destratadas, agredidas e humilhadas por alguns agentes de segurança pública preconceituosos, que muitas das vezes exercem o trabalho de segurança “privada”: a segurança das classes dominantes.

A construção desses estereótipos nos apresenta aquilo que Alba Zaluar chama de quadro paradoxal, uma vez que “os que mais padecem enquanto vítimas da violência difusa e privatizada são também os mais apontados como seus agentes”²⁷. Aqui gostaríamos de pontuar que as pessoas carentes são vítimas não só do preconceito, da desigualdade social, da falta de acesso e oportunidades, mas também do “medo”. Assim, por serem “temidas”, essas pessoas são evitadas e normalmente quando recebem um tratamento mais “próximo”, são correspondidas com desconfiança, ou desprezo e/ou receio. Atualmente, aproximar de alguém com o objetivo de estabelecer relacionamentos mais duradouros consiste em uma tarefa fundamentada numa rigorosa seleção, através da qual as pessoas são ou selecionadas ou simplesmente descartadas sem que haja o mínimo de esforço em compreender o “outro” socialmente ou culturalmente “diferente” dentro do seu contexto. É muito mais fácil evitar o contato que pode ser “perigoso” do que se envolver e buscar compreender o “diferente” e o porquê o diferente é “diferente”.

No Jornal Correio de Uberlândia do dia 15 de março de 2007, há uma matéria da repórter Gleide Corrêa no Caderno Cidade em que é tratada a questão dos pedintes em Uberlândia. A manchete da matéria é intitulada de: “20 pedintes são tirados da rua da região central”²⁸. Segundo Gleide Corrêa, dos vinte pedintes, 16 são adultos e quatro são menores. A ação contou com o apoio de assistentes sociais do Município, do Conselho Tutelar, das polícias Militar e Civil, e também da Icasu, que ajudou no transporte e no abrigo dos menores que não têm família. Na matéria, a repórter diz que a ação de iniciativa do Ministério Público consistiu na identificação e cadastro dos

²⁷ ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, vol. 04, p. 252.

²⁸ Jornal Correio de Uberlândia 15 de março de 2007, Caderno Cidade, p. B3.

pedintes, os quais seriam retirados das ruas e receberiam “condições dignas de sobrevivência”, sendo que, aqueles que residem na cidade seriam devolvidos para suas respectivas casas e os demais seriam recolhidos em abrigos.

Sabemos que a retirada dos mendigos das ruas não é apenas uma ação de solidariedade, com o intuito de promover uma melhor qualidade de vida para os “desafortunados”, mas trata-se também de uma medida que tira do cenário público aqueles que dentro de uma sociedade capitalista que tem como bandeira o desenvolvimento e o progresso, representam uma faceta de pobreza e de atraso bastante indesejada e, devolvê-los aos seus lares pouco mudará a qualidade de vida dessas pessoas, pois, continuarão desempregados e miseráveis. Nesse sentido, o que presenciamos é a realização de uma “limpeza social” que acreditamos ser o principal objetivo destas medidas, e não “inclusão social”, que de certa forma solucionaria o problema.

Ainda nesta reportagem, Gleide Corrêa afirma que existe a denúncia de que os prefeitos das cidades vizinhas estariam pagando passagens e enviando os mendigos das respectivas cidades para Uberlândia²⁹. Esta denúncia evidencia como o problema tem sido encarado em muitas cidades, ou seja, um problema não resolvido em que a responsabilidade é passada de um para outro município.

A verdade é que se tem a idéia de que os mendigos “atrapalham” o cenário urbano. “Incomodam”, são inconvenientes, criam situações desagradáveis, “enfeiam a cidade” e também são temidos por serem imprevisíveis em suas atitudes. Os mendigos são, portanto, “o outro”, o estranho que deve ser tratado com certa cautela e desconfiança.

Barreiras Físicas, Psicológicas e Sociais

Em “*A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*”, Marcelo Lopes de Souza diz que:

Medo, violência e muros nada têm de novo na história, é lógico; o que parece ser novo é a intensidade, a complexidade e o contexto. Uma complexidade e

²⁹ Jornal Correio de Uberlândia 15 de março de 2007, Caderno Cidade, p. B3.

uma força assustadora, após décadas ou mesmo séculos de suposto ‘processo civilizatório’³⁰.

Ao refletir sobre a complexidade do enclausuramento da sociedade moderna, Marshall Berman afirmou que: “não só a sociedade moderna é um cárcere, como as pessoas que aí vivem foram moldadas por suas barras; somos seres sem espírito, sem coração, sem identidade sexual ou pessoal – quase podíamos dizer: sem ser”³¹. As palavras de Berman apontam para ausência absoluta da identidade, em que as pessoas deixam de agir de acordo com suas vontades, desejos e convicções, passando a ser reféns das “barras” de um cárcere que nós mesmos construímos, “barras” reforçadas pelo sensacionalismo da mídia, pelo temor ao “outro”, pelo medo, receio, desconfiança, enfim, reforçadas por uma sociedade que se quer disciplinada, uma sociedade em que o fim último é o lucro, e o mercado de produtos e aparatos que proporcionam segurança respondem muito bem a esta expectativa de mercado.

No mundo contemporâneo, o “medo” assumiu uma intensidade e uma complexidade tão marcante, chegando ao ponto de influenciar amplamente nas decisões das pessoas, as quais têm escolhido cada vez com mais frequência viver em ambientes socialmente homogêneos:

Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação³².

Essas barreiras “segregacionistas” que têm como objetivo trazer “segurança” são inerentes a uma sociedade em que os homens são rotulados e separados em classes sociais, etnias, culturas, raças. São barreiras construídas socialmente que extrapolam os limites da realidade concreta constituída pelo estabelecimento de muros, guetos, condomínios fechados e equipamentos de segurança, invadindo a órbita de uma realidade social, política e diria até psicológica.

³⁰ SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 492.

³¹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 26.

³² CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000, p. 259.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos, diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos³³.

Através do fragmento de Teresa Pires do Rio Caldeira supracitado, podemos perceber que a construção dos muros tem um motivo: “proteger do crime”. Por outro lado, como a própria autora adverte, “os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção”: a construção de barreiras físicas contribui para a construção e o reforço de barreiras “psicológicas” e “sociopolíticas”, como afirma Marilena Chauí em “Simulacro e Poder”, ao descrever sobre a transformação do “sentido do medo” com o advento da sociedade moderna. Portanto, a construção de muros também estabelece “barreiras” no contato entre os próprios homens, os quais passam a temer e a desconfiar uns dos “outros” de forma cada vez mais intensa, alterando significativamente a rotina diária de vida das pessoas:

Dada a intensidade do medo, se não existissem estranhos eles teriam que ser inventados. E eles são inventados, ou construídos, diariamente: pela vigilância do bairro, pela tevê de circuito fechado, guardas armados até os dentes. A vigilância e as façanhas/agressivas que ela engendra criam seu próprio objeto. Graças a elas, o estranho é metamorfoseado em alienígena, e o alienígena, numa ameaça. As ansiedades esparsas e flutuantes ganham um núcleo sólido³⁴.

Essa construção simbólica de um “mundo exterior”, típica da sociedade capitalista contemporânea, situa esse “mundo” para além dos muros, onde habitam os “alienígenas”, fazendo com que os moradores de condomínios fechados vivam um ciclo vicioso em que “quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança”, e mais seguros se sentem dentro dos muros³⁵. Neste ponto, é importante salientarmos que os condomínios fechados também são produtos dessa sociedade

³³ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000, p. 301.

³⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003, p. 105.

³⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003, p. 106.

capitalista a qual espalha não só o “vírus”, ou seja, o medo da violência, a insegurança e o receio, mas também o seu “antídoto”, em outras palavras, os condomínios fechados, os mecanismos de segurança, as câmeras e outros artefatos que se inspiram no modelo “ordeiro” do *Panóptico*, discutido por Michel Foucault.

Enfim, a essa altura podemos afirmar que a construção simbólica de um “mundo exterior” e as medidas de segurança adotadas para se proteger da “selva” que está além dos muros, não são produzidos por um determinado grupo ou classe social, mas com o consentimento e o aval da sociedade como um todo.

CAPÍTULO 2

A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DO SIMBÓLICO

Os meios de comunicação sempre destinaram aos temas sobre violência, as principais páginas, grandes manchetes, horários nobres, reportagens especiais e o suspense necessário para manter o leitor, o telespectador e o ouvinte sempre atentos à espera de novas notícias³⁶.

“Violência” é realmente um assunto que nos alarma não só por gerar curiosidade e expectativa, mas também por revelar informações que nos afetam diretamente os sentidos, principalmente pela forma que os fatos são abordados pela mídia, que busca explorar os crimes e os atos de violência através do sensacionalismo, chegando ao ponto de distorcer ou inverter a realidade. Sobre essa questão, Marcos Rolim afirma que: “O sensacionalismo é um termo que denota a tentativa de submeter a percepção do público às ‘sensações’, à realidade sensível, garantindo-se, assim, o excitação funcional à venda da notícia”³⁷.

A imprensa deve ser entendida como espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, atuando sob normas e condições através das quais interage de forma ativa na sociedade, mobilizando não só opiniões, mas também ações. É inegável que a mídia proporciona a disseminação e o partilhamento de códigos, referências e representações que alcançam a grande maioria das pessoas e o discurso de “lei e ordem” que transmite muitas vezes inverte a realidade, aumentando a angústia pública diante da violência, além de promover uma sensação de insegurança normalmente desproporcional aos riscos concretos. Assim, a mídia como um todo, mas em especial a televisão, permite que a violência seja produzida de maneira tão realista que, cada vez mais, as fronteiras entre ficção e realidade desaparecem: “ao contrário do que as pessoas imaginam, a cobertura jornalística não está voltada, exatamente, para a ‘realidade’, mas para aquilo que, dentro dela, aparece como surpreendente”, e a possibilidade de amplificar as chamadas “ondas de crime” produz medo entre as pessoas³⁸. Esses efeitos também podem ser observados no jornal diário “Correio de Uberlândia”, uma de nossas fontes de pesquisa.

³⁶ FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 16.

³⁷ ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 193.

³⁸ Idem, p. 188.

O medo urbano

Todas as pessoas que vivem hoje em uma grande cidade mudaram sua postura e sua rotina em função da violência e da criminalidade³⁹.

É comum os moradores de todos os grupos sociais argumentarem que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se protegerem da criminalidade. Porém, como veremos, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção, uma vez que ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança desses cidadãos também afetam diretamente os padrões rotineiros, de gestos, hábitos e relacionamentos, tanto interpessoais quanto com o espaço público.

Antes de aprofundarmos na discussão, uma questão importante que gostaria de esclarecer é que não estamos dizendo que a violência e a criminalidade devem ser desprezadas ou que as pessoas não precisam se preocupar e se proteger das ameaças investindo na própria segurança. Nossa intenção é compreender de que forma o medo da criminalidade “molda” a rotina diária de vida das pessoas de maneira tão influente e que se tornou tão naturalizada que as pessoas muitas vezes não percebem que agem de determinada forma ou tomam determinadas decisões em função do “medo”.

Como discutimos anteriormente, o medo do crime, principalmente o crime violento que atenta contra a vida e/ou o patrimônio, tem mexido com o modo de vida das pessoas. Já dizia Delumeau: “O animal não antecipa sua morte. O homem, ao contrário, sabe – muito cedo – que morrerá. É, pois, o ‘único no mundo a conhecer o medo num grau tão temível e duradouro’”⁴⁰. Essa peculiaridade humana faz com que o homem crie mecanismos que o coloque em situação de conforto e segurança. O medo, nesse sentido, torna-se um mecanismo de defesa, e conhecer ou *antecipar* as situações de riscos, faz com que o homem crie alternativas para que sua segurança e integridade continuem asseguradas. Todavia, quando o medo é generalizado, os esforços para garantir a paz e a tranquilidade são dos mais variados e invariavelmente atingem a rotina diária das pessoas que passa a ser refém de suas próprias estratégias de segurança.

O grande problema ocorre quando a sensação de insegurança é muito maior do que a própria ameaça real, o que torna as pessoas reféns de seus próprios medos. Sobre essa questão, Marcelo Lopes de Souza em “A prisão e a ágora: reflexões em torno da

³⁹ ALVES, Julia Falivene. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992, p. 96.

⁴⁰ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 19.

democratização do planejamento e da gestão das cidades” nos apresenta o tipo de *sociedade* que se constituiu nos grandes centros urbanos, em que as pessoas tem evitado cada vez mais os ambientes públicos e o contato solidário com os outros:

A ‘cidade-prisão’, os muros, as cercas eletrificadas e os aparelhos de vigilância, o medo, a segregação, a auto-segregação e suas ‘bolhas de proteção’: tudo isso colabora para gerar um tipo de criança, depois de adolescente e finalmente de cidadão, muito diferente daquele socializado em um espaço onde as formas espaciais, os territórios e as imagens espaciais e símbolos inscritos na paisagem traduzam liberdade e estimulem a solidariedade⁴¹.

A construção de uma sociedade profundamente marcada por prisões reais e metafóricas reflete no âmbito sociopolítico, no qual o individualismo e o “privatismo” é crescentemente estimulado, e o exemplo mais clássico desse estímulo é a construção dos condomínios fechados.

Segundo Teresa Pires do Rio Caldeira, em várias cidades, diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto as novas “tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades”⁴². Já Marcelo Lopes de Souza em “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana”, ao analisar a sociedade contemporânea a partir da concepção de “medo generalizado”, afirma que o medo de sofrer uma agressão física ou de ser vítima de um crime violento não tem nada de novo. Segundo o autor, o medo se faz presente desde sempre e em qualquer cidade. Porém, em algumas muito mais do que em outras, e umas “muitíssimo” mais que em outras. Portanto, para este autor, uma “Fobópole” é uma cidade dominada pelo medo generalizado da criminalidade violenta.

“Fobópole” é um termo cunhado por Marcelo L. de Souza, que resultou da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas *phóbos*, que significa “medo”, e *polis* que significa “cidade”. Para o autor, esse novo termo condensa aquilo que tenta qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários e na imprensa de um modo geral, ocupando sempre um local de destaque, causando pânico e alarme na comunidade. Nessa perspectiva, o autor coloca a seguinte

⁴¹ SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 263.

⁴² CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000, p. 09.

questão: “Em que circunstâncias a violência e a insegurança chegaram ao ponto de influenciar decisivamente a vida diária, os padrões de circulação no espaço e mesmo o habitat e as formas espaciais?”⁴³. Em seguida o autor afirma que:

Essa questão nos leva a pensar que nem sempre violência e insegurança foram fatores decisivos nas ‘escolhas’ humanas. O que parece haver são épocas em que, por razões variadas, a presença do medo como fator condicionante e estruturante das relações sociais e da organização espacial é menor, sendo maior em outras. Nossa época pertence ao segundo tipo⁴⁴.

Segundo Marcelo Lopes de Souza, para as pessoas que vivem sob a influência do medo, morar em casas isoladas e mesmo em apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um “verdadeiro condomínio exclusivo”, são opções cada vez menos atraentes se comparadas com o almejado e seguro “condomínio fechado”.

De acordo com o texto “*Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*”, de Teresa Pires do Rio Caldeira, podemos observar que a elite paulista “conseguiu solucionar” o seu problema com a violência, fechando os olhos para a realidade se refugiando nos condomínios fechados ou “enclaves fortificados”, como a própria autora denomina⁴⁵, vivendo atrás de muros vigiados por novas tecnologias de segurança privada, em lugares que só é possível chegar através de veículos automotores, sendo acessados “apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e comumente são encaminhados para uma entrada especial”⁴⁶. A autora ainda afirma que:

os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação⁴⁷.

⁴³ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópolis: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 08.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

⁴⁶ Idem, p. 258.

⁴⁷ Idem, p. 259.

O fenômeno dos “enclaves fortificados” é visto por Marcelo L. de Souza como uma “auto-segregação das elites e classes médias”, uma solução que consiste em fugir do problema sociopolítico que está posto e se acolher em lugares bem protegidos, “socialmente homogêneos” e composto por pessoas seletas, “longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas”, ou seja, dos problemas.

Marcelo Lopes de Souza trata essa postura da elite e classe média da seguinte forma:

A auto-segregação é uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os ‘condomínios exclusivos’ prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos⁴⁸.

A solução encontrada pela classe média e alta é uma forma de tampar o sol com a peneira, uma solução com resultados rápidos sem que haja a necessidade de despende muito esforço, basta “pagar” o preço do pacote que inclui muros altos, segurança 24 horas por dia, câmeras de segurança e vigias. Porém, é uma “solução” que não resolve o problema, mas pelo contrário agrava ainda mais a situação, uma vez que desigualdade social e a violência continuarão existindo e a auto-segregação contribuirá para a construção e educação de cidadãos muito diferentes daqueles socializados em um espaço onde as formas espaciais, os símbolos, os relacionamentos com as pessoas e o mundo, traduzam liberdade e estimulem a solidariedade. Nesse sentido, de um ponto de vista político-pedagógico, podemos afirmar que os condomínios fechados ameaçam o fortalecimento de valores da civilidade e solidariedade cidadã, uma vez que são ambientes que além de reforçar o descompromisso para com a cidade como um todo, reforça o preconceito em relação ao “outro”, cada vez mais evitado, diante do crescente medo e insegurança.

⁴⁸ SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 73.

Uberlândia em cena

Freqüentemente a imprensa, nas suas diversas formas contemporâneas, aparece como artefato corriqueiro em nossa vida, porém, muito pelo contrário, devemos atentar para o fato de que a imprensa está inserida em um contexto histórico e social enquanto uma força ativa da vida moderna, sendo “muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”⁴⁹. Nesse sentido, mais do que “informar” a imprensa delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões e fomenta a adesão ou o dissenso, incitando efetivamente a ação.

É nessa perspectiva que buscamos trabalhar com o jornal *Correio de Uberlândia* enquanto “força ativa” na sociedade. Para tanto, fizemos um recorte temporal em que foram pesquisadas as edições publicadas entre janeiro de 2005 e dezembro de 2009. Essa escolha não foi aleatória, a orientação principal deve-se ao fato de que durante esse período foram registrados em Uberlândia uma queda significativa da criminalidade, conforme apontam as estatísticas fornecidas pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte e pela Base de Dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) da 9ª Região de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, com sede em Uberlândia.

A edição do jornal *Correio de Uberlândia* do dia 07 de janeiro de 2005 trás em sua primeira página uma manchete com os seguintes dizeres: “Comandante da PM admite que Uberlândia é violenta”⁵⁰. Nesta edição, o autor da coluna, repórter Pedro Popó, ao dizer que o então Cmt da 9ª RPM, Coronel PM Davidson Lopes da Silva, “admite que Uberlândia é violenta” transmite uma informação alarmante inversa ao que o próprio comandante gostaria de expressar, uma vez que a última coisa que um chefe de segurança pública deseja é causar alarme na sociedade. O termo “admite”, colocado pelo repórter nesta manchete transmite uma idéia de aceitação por parte do comandante Regional da PM em relação à criminalidade de Uberlândia, quando, na verdade, nas entrelinhas da própria reportagem, a principal informação que encontramos em relação à situação de violência em Uberlândia é que a cidade ocupa a terceira posição em criminalidade no Estado:

⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos pós-graduandos em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, nº35. São Paulo: EDUC, 1981, p. 259.

⁵⁰ Jornal *Correio de Uberlândia*. 07 de janeiro de 2005, primeira página.

o comandante da 9ª Região Militar (RPM), coronel Davidson Lopes da Silva, confirmou que Uberlândia ocupa a terceira posição em criminalidade no Estado. Na frente estão Belo Horizonte e Contagem⁵¹.

A informação de que Uberlândia é a terceira cidade mais violenta do Estado de Minas Gerais é difundida muito antes de janeiro de 2005, quando a matéria supracitada foi escrita, e é válida até o dia de hoje, uma vez que a cidade ainda ocupa esta posição. Entretanto, comumente encontramos nas edições do Jornal Correio de Uberlândia a referência de que esta cidade é a mais violenta do interior do Estado, o que demonstra um esforço de determinados repórteres em reforçar a idéia de que Uberlândia é violenta, passando a sensação de que essa situação está quase fora do controle. Neste ponto, é importante lembrarmos que Uberlândia está entre as maiores cidades do Estado e possui a segunda maior frota de veículos automotores, portanto, os problemas que esta cidade enfrenta em relação à segurança pública não podem ser comparados aos problemas de pequenas e médias cidades vizinhas, como tem feito o Jornal Correio de Uberlândia.

Ainda sobre a reportagem de Pedro Popó há de se destacar a manchete produzida pelo repórter postada no cabeçalho da página B4 do Caderno *Cidade*, a qual possui certa dose de sensacionalismo ao ser intitulada com os seguintes dizeres: “Diagnóstico confirma crescimento da violência”⁵². Embora receba esse título, a matéria aponta para outra perspectiva, em que o Coronel PM Davidson defende seus interesses ressaltando a eficiência do trabalho da Polícia Militar e a necessidade de a polícia judiciária, o Ministério Público, o sistema carcerário, o Judiciário e a sociedade como um todo agirem de forma ativa e preventiva no combate ao crime, tendo em vista que a segurança pública é dever de todos.

Outra questão que devemos salientar é que as manchetes “impactantes” de Pedro Popó publicadas na edição do jornal Correio de Uberlândia de 07 de janeiro de 2005, como “Comandante da PM admite que Uberlândia é violenta” e “Diagnóstico confirma crescimento da violência”, conforme já discutimos, contradizem a matéria que este mesmo repórter produziu no dia 02 de janeiro de 2005, publicada portanto cinco dias antes daquela outra matéria, no mesmo jornal. Enquanto aquela aponta para uma situação de alarme, a matéria do dia 02 de janeiro de 2005 intitulada com a manchete “Cidade, segundo entendimento da 9ª RM, é de média criminalidade” trás a informação, em uma entrevista com o então comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar, Tenente

⁵¹ Jornal Correio de Uberlândia, 07 de janeiro de 2005, Caderno Cidade, p. B4

⁵² Idem.

Coronel Ricardo Bueno, porta voz do comandante da 9ª RPM, de que Uberlândia é uma cidade, segundo a concepção do Ten Cel, de “média criminalidade”, considerando que “o índice que classifica a criminalidade contra a pessoa nos municípios vai de muito alta, alta, média, baixa e nenhuma criminalidade”⁵³. Nesta coluna é destacada a atuação das batidas policiais, que teve um crescimento de 138% em relação a 2004 e também o aumento das operações de repressão ao assalto a ônibus coletivo e da operação presença policial, realizadas com o acréscimo de 140% e 468% respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O autor ainda salienta que houve uma redução de 13,98% nas taxas médias de homicídio em Uberlândia se comparado o primeiro trimestre de 2004 com o segundo trimestre do mesmo ano. Em contra partida, Pedro Popó na reportagem do dia 07 de janeiro de 2005 afirma que Uberlândia apresentou um crescimento na criminalidade de 33,29%, mas não especifica o tipo de crime. Seria crime violento, que é o que nos interessa neste momento?

Esse diálogo que estabelecemos com as duas reportagens de Pedro Popó, com 05 dias de intervalo entre ambas, nos remete a Marcos Rolim, quando ele diz, em outras palavras, que na mídia, os crimes contra a propriedade não raramente são distorcidos, constituindo uma maneira de tratar a criminalidade e a violência que constrói uma “realidade invertida”. E essa construção da realidade por sua vez influencia diretamente no modo de vida das pessoas, que passam a viver e a controlar suas condutas que não obstante têm sofrido grande influência do medo generalizado da violência, que em parte é alimentado pelos meios de comunicação.

Segundo Marcos Rolim, “o que se percebe é que a maior parte dos meios de comunicação no Brasil está comprometida com o discurso de que ‘o crime está fora de controle’ e que ‘a violência cresce de forma assustadora’”⁵⁴. Neste ponto, é importante deixar bem claro que o jornal, a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos, mas são, sobretudo, produto da experimentação e da criação social e histórica. Dessa “experimentação” a antropóloga Alba Zaluar afirma que “as notícias de violência tornaram-se mercadorias”, uma vez que elas vendem bem o veículo, quanto mais sensacionalistas e impactantes forem⁵⁵. Portanto, a “experimentação” ao longo do tempo mostra que as notícias de violência são uma preferência socialmente constituída e mais

⁵³ Jornal Correio de Uberlândia 02 de janeiro de 2005, Caderno Cidade, p. B2

⁵⁴ ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 191.

⁵⁵ ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.), *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, vol. 04, p. 247.

do que isso, elas formam uma visão imediata da realidade e do mundo, mesmo que distorcidas, com poder de persuasão capaz de conquistar e “fidelizar” o seu principal objetivo: o consumidor. O resultado disso é que o discurso da violência, a tragédia e o sensacionalismo se tornaram a razão de ser sem a qual vários programas recordes de audiência deixariam de existir ou de serem tão expressivos, como é o caso dos programas regionais “Chumbo Grosso”, da Rede Integração, e “Balanço Geral”, da TV Paranaíba, lembrando também dos programas de repercussão nacional como “Brasil Urgente”, apresentado pelo jornalista José Luiz Datena.

Como discutimos anteriormente, o jornal Correio de Uberlândia também adota a postura de hiperbolizar a violência e por trás dessa postura estão interesses comerciais e políticos, uma vez que as empresas que vendem mecanismos, sistemas e artefatos de segurança, ou que trabalham com a mão de obra de vigias, ou ainda que vendem seus produtos com o discurso de que estes proporcionam segurança, também são patrocinadoras e compram seu “espaço” nos meios midiáticos através das propagandas. Todavia houve certas transformações na segurança pública em Uberlândia, especificamente entre o período de janeiro de 2005 a dezembro de 2009, que tiveram que ser “admitidas” sendo bastante divulgadas pelo jornal Correio de Uberlândia. Durante praticamente cinco anos, a cidade registrou índices significativos de redução da criminalidade, destacando-se das demais cidades do Estado no combate à violência. Entretanto, é importante frisarmos que essas informações não atrapalham os “negócios” da imprensa com as empresas que “vendem segurança”, uma vez que as notícias sobre tragédias continuam a receber destaque nos jornais. Vale salientar também que nesse período, a segurança pública da cidade contou com o apoio de novos e em maior número de armamentos, recursos logísticos, recrutamento de mais de quatrocentos policiais, o recebimento de mais de setenta viaturas e a implantação de 72 câmeras de segurança no “hipercentro” da cidade, as quais foram distribuídas em pontos estratégicos definidos pela Polícia Militar com base nos índices de criminalidade⁵⁶. O equipamento consegue captar imagens na angulação de 360 graus e ainda possui uma estrutura física que o protege do vandalismo.

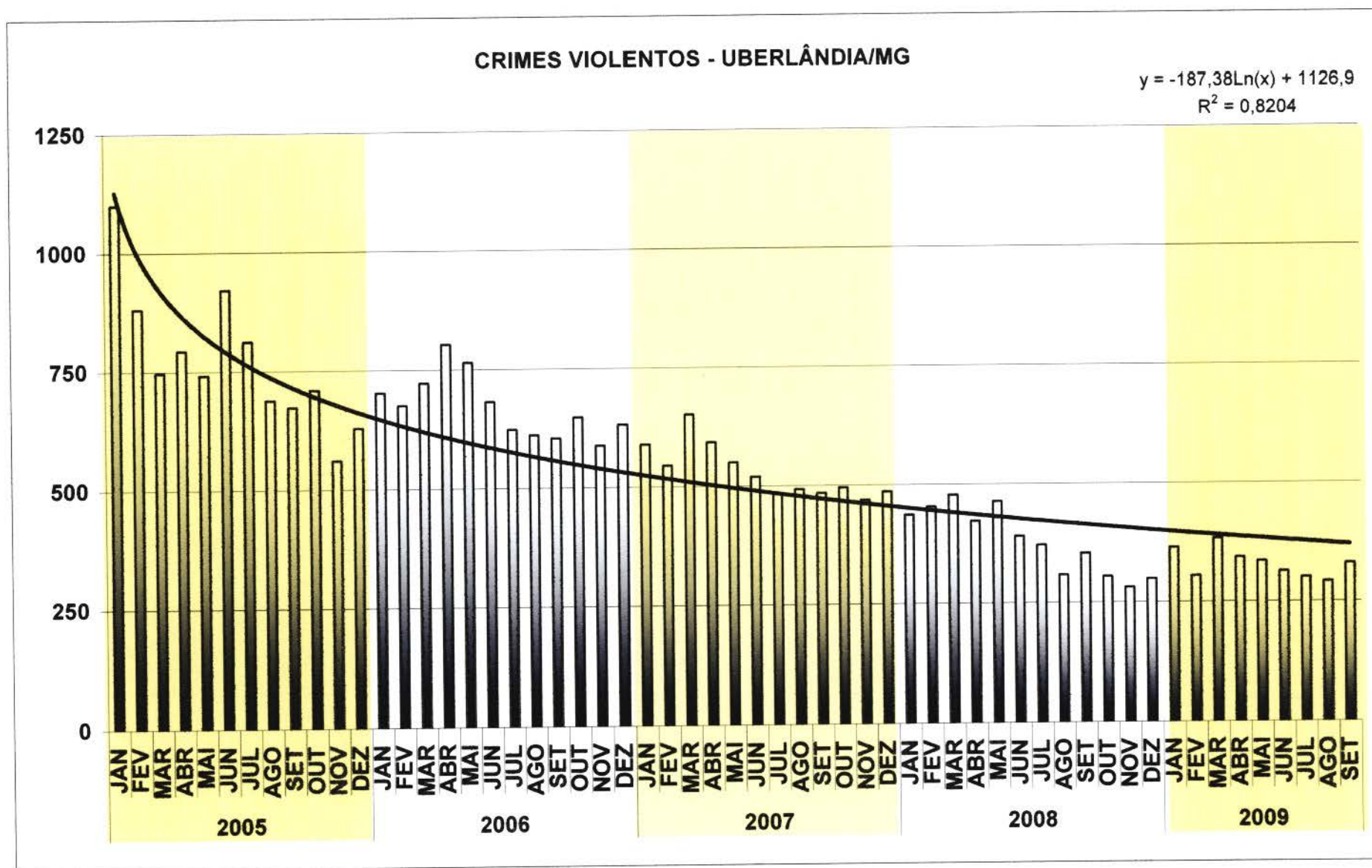
⁵⁶ O projeto “Olho Vivo” foi inaugurado no dia 20 de junho de 2008 com a instalação de 72 câmeras de segurança distribuídas em pontos estratégicos no hipercentro da cidade. Sua implantação contou com a parceria entre o governo do Estado por meio da Secretaria de Defesa Social e a prefeitura de Uberlândia, com custo de R\$ 14,3 milhões de reais. Veja Jornal Correio de Uberlândia do dia 21 de junho de 2008.

Uberlândia está mais segura!?

A redução nos índices de criminalidade em Uberlândia durante cinco anos consecutivos (janeiro de 2005 a dezembro de 2009) foi amplamente e exaustivamente difundida pela Polícia Militar e o jornal Correio de Uberlândia não raro apresentava em suas edições esses números, principalmente a partir do segundo semestre de 2005, quando os resultados de redução nos índices haviam se tornado bastante expressivos.

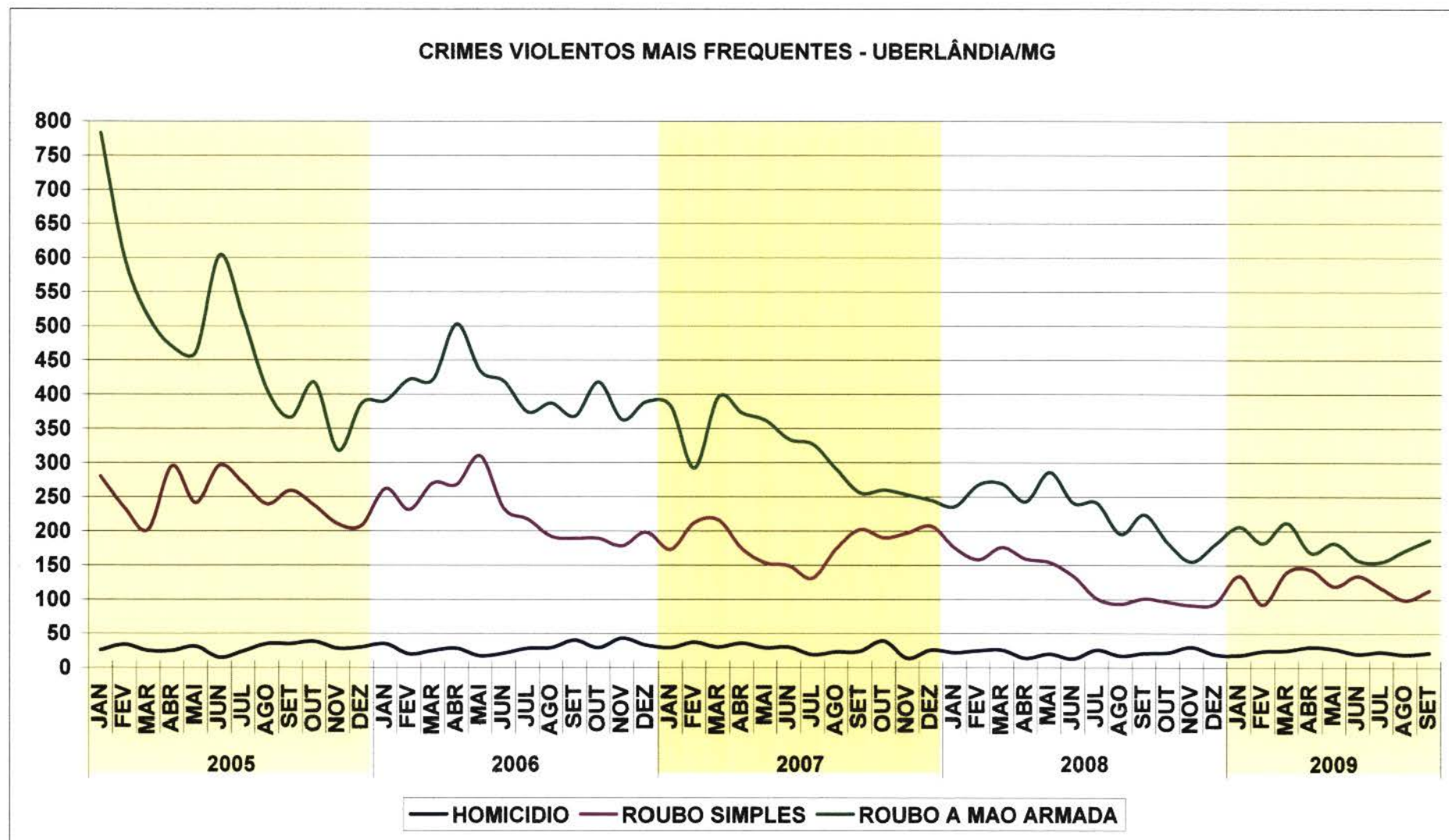
Através dos gráficos de análise criminal fornecidos pela Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região de Polícia Militar (9ª RPM) com sede em Uberlândia, podemos ter uma noção da representatividade que tem o decréscimo dos números dos índices de criminalidade. Portanto, a seguir, apresentaremos dois gráficos que, segundo a base de dados da Polícia Militar, demonstram a trajetória dos crimes violentos na cidade de Uberlândia durante o período de janeiro de 2005 a setembro de 2009:

GRÁFICO 01



** Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região de Polícia Militar.

GRÁFICO 02



*** Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região de Polícia Militar.

Antes de refletirmos sobre os gráficos, vale salientar que as chamadas “Cifras Negras” não nos interessa em questão, uma vez que raramente os crimes violentos não chegam ao conhecimento da polícia, mesmo que apenas para o registro. Para maior esclarecimento, as “Cifras Negras” consistem nos crimes sofridos e não revelados ou elucidados, ou seja, crimes que não são levados ao conhecimento da polícia, como ocorre com muita frequência nos crimes de abortos, quase nunca denunciados, e também com os crimes de furtos de valores irrisórios, além daqueles em que as vítimas se sentem envergonhadas de levar ao conhecimento das autoridades.

Iniciando nossa análise, podemos observar que o Gráfico 01 registra os crimes violentos de modo geral, lembrando que a Polícia Militar entende e inclui como crimes violentos em suas estatísticas sete crimes: o Homicídio na forma tentada e consumada, o Roubo a mão armada consumado, o Roubo simples consumado, o Estupro na forma tentada e consumada, o Latrocínio, a Extorsão mediante seqüestro e o Seqüestro e cárcere privado. Nesse sentido no gráfico podemos notar que há uma queda quase que constante nos índices dos crimes violentos em Uberlândia, tendo alta mais significativa apenas nos meses de junho e julho de 2005 e março, abril e maio de 2006. Já no Gráfico 02, em que pontuamos os três crimes violentos mais comuns na cidade, podemos observar que a frequência do crime de homicídio sofreu pequenas alterações no decorrer dos cinco anos. Por outro lado, o roubo a mão armada, que a princípio é o crime violento mais frequente em Uberlândia e um dos que mais causam pânico na sociedade, apresenta uma queda de mais de 50% se comparado janeiro de 2005 com setembro de 2009. Também é notável a queda nos índices do crime de roubo simples se comparado o mesmo período, embora suas oscilações de “altas” e “baixas” sejam mais expressivas, atingindo o ápice incidências no mês de maio de 2006, conforme o Gráfico 02.

Uma das questões que gostaríamos de ressaltar nesse momento é que o Jornal Correio de Uberlândia foi um dos grandes “Porta Vozes” da Polícia Militar ao divulgar a redução dos índices de criminalidade da cidade em várias de suas edições. Não raro, no período que pesquisamos (janeiro de 2005 a dezembro de 2009), entremeio às notícias sobre crimes e fatos violentos ocorridos na cidade, sempre estavam presentes os índices que apontavam para a redução da criminalidade em Uberlândia, informações estas que muitas vezes ocuparam grandes espaços na primeira página do jornal.

A primeira edição do jornal Correio de Uberlândia que registra queda nos índices baseada nos estudos da Polícia Militar é, dentro do período que analisamos, a edição do dia 05 de junho de 2005, trazendo em sua primeira página a seguinte

manchete: “Pesquisa aponta leve queda nos índices de criminalidade”⁵⁷. Esta edição traz uma mensagem otimista com relação à violência, deixando a expectativa de que os índices diminuiriam ainda mais no decorrer do ano. Em seguida, várias outras edições foram publicadas revelando os índices divulgados pela Polícia Militar, dentre elas podemos citar algumas de suas manchetes: “Índice de criminalidade diminui 19% no feriadão”⁵⁸, “Pedestre tem mais segurança no centro”⁵⁹, “Abordagem com uso de armas caiu 56% e os furtos simples 25%”⁶⁰, “Índice de crimes violentos está em queda”⁶¹, “Índice de violência em Uberlândia tem queda geral de 8,7% em 2007”⁶², “Índices de crime em Uberlândia cai 29,6%”⁶³, “Quantidade de crimes violentos cai pelo quarto ano na cidade”⁶⁴, “Uberlândia tem queda de 28% na criminalidade”⁶⁵ e “Número da criminalidade recua 22% no trimestre”⁶⁶, dentre muitas outras, sem deixar de citar algumas das manchetes que fazem apologia aos resultados positivos alcançados com a instalação do videomonitoramento no hipercentro da cidade, como: “Índice de crimes cai 50% nas áreas monitoradas”⁶⁷, “Câmeras reduzem crime pela metade”⁶⁸ e “Videomonitoramento reduziu crimes violentos em 53,2%”⁶⁹.

Como podemos observar, o Jornal Correio de Uberlândia tem investido grande parte de seu espaço para divulgar os resultados dos índices regressivos da criminalidade na cidade, mesmo que entremeio a notícias trágicas de homicídios, como a morte de João Batista Garcia⁷⁰, de roubo de veículos⁷¹, de furtos, entrando em cena também a Universidade Federal de Uberlândia com a seguinte manchete: “Insegurança ronda os campi da UFU”⁷², além das matérias sobre roubo à residências, revelando um crescimento de 26% em 2006 em relação ao ano de 2005⁷³, e muitas outras notícias de criminalidade, violência e “morte”. Todavia, o que nos interessa é a constante revelação

⁵⁷ Jornal Correio de Uberlândia 05 de junho de 2005, primeira página.

⁵⁸ Idem, 04 de março de 2006, Caderno Cidade.

⁵⁹ Idem, 20 de março de 2006, primeira página.

⁶⁰ Idem, Caderno Cidade, p. A5.

⁶¹ Idem, 05 de dezembro de 2007, Caderno Cidade, p. B1.

⁶² Idem, 03 de janeiro de 2008, primeira página.

⁶³ Idem, 18 de dezembro de 2008, primeira página.

⁶⁴ Idem, 03 de janeiro de 2009, primeira página.

⁶⁵ Idem, Caderno Cidade, p. A5.

⁶⁶ Idem, 29 de abril de 2009, Caderno Cidade, p. B3.

⁶⁷ Idem, 02 de agosto de 2008, primeira página.

⁶⁸ Idem, Caderno Cidade, p. B1.

⁶⁹ Idem, 24 de julho de 2009, primeira página.

⁷⁰ João Batista Garcia, 34 anos, morto com três tiros segundo noticiário do Jornal Correio de Uberlândia do dia 14 de janeiro de 2005, Caderno Cidade.

⁷¹ Jornal Correio de Uberlândia 07 de junho de 2007, Caderno Cidade, p. B3.

⁷² Idem, 14 de fevereiro de 2006, Caderno Cidade, p. B2.

⁷³ Idem, 08 de janeiro de 2007, primeira página.

da redução da incidência de índices de violência como expressa a manchete anteriormente citada: “Quantidade de crimes violentos cai pelo quarto ano na cidade”⁷⁴. Ao analisarmos este fato acreditamos que de certa forma, as pessoas deveriam se sentir mais seguras se o crime está efetivamente sendo reduzido, entretanto não é o que realmente ocorre. Na edição do dia 20 de dezembro de 2006 o repórter Lucas Barbosa afirma que embora a Polícia Militar aponte para a queda nas ocorrências, a população ainda se sente insegura. Nesta reportagem, Lucas Barbosa está falando mais especificamente da população do bairro Brasil, uma vez que segundo o repórter, as estatísticas da Polícia Militar dizem que o índice de criminalidade neste bairro em 2006, se comparado com 2005, teve uma queda significativa, conforme afirmação do então comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar (17º BPM), tenente-coronel Dilmar Fernandes Crovato:

De acordo com o comandante do 17º Batalhão da Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Dilmar Fernandes Crovato, em 2005 foram registrados, de janeiro a novembro, 392 ocorrências no bairro em comparação a 284 neste ano⁷⁵.

O comandante do 17º BPM continua a comparar as estatísticas do ano de 2005 com 2006 e afirma que:

No ano passado registramos 135 roubos sem arma, neste ano, apenas 112. Roubos à mão armada foram 138 registros diante de 97. Roubos de veículos, em 2005 foram 34 e neste ano caíram para 27, e assaltos comerciais foram 19 para 13 em 2006⁷⁶.

Segundo o comandante, a queda se deve ao trabalho de repressão realizado pela Polícia Militar através de operações Blitz e antidrogas, batidas policiais e o reforço no policiamento. Entretanto, uma questão que identificamos e que gostaríamos de ressaltar neste momento é que em nosso estudo pudemos notar um especial interesse do jornal Correio de Uberlândia em trabalhar com números, estatísticas e comparações. A questão chave que gostaríamos de tocar é que ao fazermos tais comparações entre anos consecutivos, ou não consecutivos, corremos o risco de realizarmos uma análise superficial e errônea da realidade, visto que ao comparar “apenas” os índices de

⁷⁴ Jornal Correio de Uberlândia 03 de janeiro de 2009, primeira página.

⁷⁵ Idem, 20 de dezembro de 2006, Caderno Cidade, p. B2.

⁷⁶ Idem.

criminalidade do ano de 2006 com o ano de 2005, como faz o periódico, deixamos de lado uma série de questões que também são relevantes, como o crescimento urbano e populacional, as ondas de migração, a estabilidade econômica do município e do país, a oferta de empregos, a atuação e os recursos dos órgãos de segurança pública, etc.

Por outro lado, as afirmações do tenente-coronel Dilmar Fernandes Crovato também são, obviamente, fundamentadas em estatísticas, todavia embora estas demonstrem resultados significativos, as experiências de cada vítima em particular, que sofreram danos físicos, morais ou materiais uma ou mais vezes com a violência e o crime, viveram situações que são, e não poderiam deixar de ser, muito mais expressivas e causam muito mais efeitos na vida particular e social que a influência “abstrata” dos números apontados pelo comandante do 17º BPM, uma vez que as notícias trágicas tem repercussão muito maior e mais impactante que qualquer outra notícia.

O repórter Lucas Barbosa revela o desabafo do proprietário de um bar na Avenida Mato Grosso, Pedro Mendonça, que disse já não saber mais qual o número de vezes foi assaltado em seu estabelecimento:

Os marginais estão tão folgados que assaltam a qualquer hora do dia, não escolhem pessoa nem lugar, é absurdo⁷⁷.

Mais adiante, numa entrevista com a senhora Maria de Fátima Rosa Almeida, dona de casa, a mesma afirma que:

Todos os dias tentavam roubar minha casa, isso só diminuiu depois que comprei um cachorro⁷⁸.

Nesta mesma reportagem, em entrevista com a senhora Maria Antônia Oliveira Valeriano, moradora do Bairro Brasil, a mesma disse que a “situação é crítica” e é necessário aumentar o policiamento nas ruas.

Ao analisarmos esta matéria, podemos observar que existe um conflito e divergências de opiniões bastante claras entre as afirmações do tenente-coronel Dilmar Fernandes Crovato e as falas dos moradores do bairro Brasil. Por um lado, o oficial defende os números alcançados pelo trabalho da Polícia Militar e demais órgãos de segurança pública, afirmando que a cidade está mais segura, por outro, depoimentos de moradores do bairro Brasil demonstram o medo em relação ao crime e à violência,

⁷⁷ Jornal Correio de Uberlândia 20 de dezembro de 2006, Caderno Cidade, p. B2.

⁷⁸ Idem, p. B2.

medo que deriva de uma sensação de que o crime está cada vez mais incontrolável, medo que torna as pessoas prisioneiras de suas próprias casas com muros altos e portões fechados. Medo que altera a rotina diária de vida das pessoas.

Diante dessa divergência de opiniões com relação à segurança pública e à luz do que Tereza Pires do Rio Caldeira tem a nos dizer em “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”, acreditamos que entre as notícias que fazem apologia ao trabalho da Polícia e que apontam para os índices significativos de redução da criminalidade e as notícias que retratam casos de criminalidade, violência e morte, estas últimas são muito mais difundidas e têm uma repercussão muito maior na sociedade, como afirma a própria Tereza P. do Rio Caldeira:

A fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros se seguem; e é raro um comentário ficar sem resposta. A fala do crime é também fragmentada e repetitiva. Ela surge no meio das mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos. Apesar das repetições, as pessoas nunca se cansam. Ao contrário, parecem compelidas a continuar falando sobre o crime, como se as infindáveis análises de casos pudessem ajudá-las a encontrar um meio de lidar com suas experiências desconcertantes ou com a natureza arbitrária e inusitada da violência. A repetição das histórias, no entanto, só serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas. Assim, a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada⁷⁹.

Neste fragmento, a autora retrata bem a questão da reprodução da sensação de insegurança. A “fala do crime” e sua incessante narração, reprodução e divulgação alimenta e amplia o medo e causa a impressão de que a criminalidade é maior do que realmente o é. Portanto, independente do que as estatísticas sobre a criminalidade digam, a sensação de insegurança é bastante presente e não tem diminuído proporcionalmente com as estatísticas da Polícia Militar, mas pelo contrário, as pessoas estão vivendo cada vez mais enclausuradas, evitando espaços públicos e mudando seus hábitos de vida em prol da própria segurança.

⁷⁹ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000, p. 27.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa discussão gira em torno do advento das novas formas de vigilância e de punição que surgem no século XVII e que permanecem até os dias de hoje com características, estratégias e facetas diferentes, mas que essencialmente possui o mesmo objetivo: atender aos interesses de uma classe dominante que ironicamente também se tornou alvo e engrenagem (mesmo que de forma consentida) desse processo. A partir dessa perspectiva buscamos compreender como, no seio da sociedade capitalista, os diversos mecanismos de vigilância e punição influenciam no cotidiano das pessoas, disciplinando e moldando o modo de vida. Dentro dessa óptica, também fomentamos a discussão sobre o “medo” da criminalidade violenta que tanto assola a sociedade contemporânea, o que reforça ainda mais a crença nos meios de vigilância e punição que se inspiram no modelo do *Panóptico* de Bentham, modelo que nos dias de hoje teve sua “Torre Central” substituída pela disseminação de câmeras de segurança, pelos dispositivos legais e pela atuação dos órgãos de segurança pública.

Vimos também que o medo generalizado em relação à violência urbana tem levado os indivíduos a adotarem regras básicas de segurança que influenciam diretamente na dinâmica da vida social e também no modo de vida individual das pessoas, alterando tanto as relações interpessoais quanto aquelas entre os indivíduos e o espaço público, uma vez que a construção das barreiras físicas de proteção, como muros, cercas eletrificadas, condomínios fechados, contribuem para a construção e o reforço de barreiras “psicológicas” e “sociopolíticas” que minam os relacionamentos interpessoais. Nesse sentido, o “auto-enclausuramento” gera a “evitação do outro”, do “estranho”, pois é muito mais seguro e confortável do que correr o risco de ser vitimado pela violência, a qual invariavelmente atribuímos ao “outro”. Agindo assim, nos escusamos da violência que nós mesmos praticamos cotidianamente: a violência da exclusão social, da desigualdade, do preconceito, da fome, da pobreza, do desprezo.

Também discutimos sobre o espaço privilegiado de poder que a imprensa ocupa capaz de mobilizar a opinião pública, atuando sob normas e condições através das quais interage de forma ativa na sociedade, mobilizando, portanto, não só opiniões mas também ações. Nessa perspectiva, ao cruzar as informações obtidas no Jornal Correio de Uberlândia com as informações das estatísticas da Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar, notamos que notícias sobre casos de violência não só

criam alarme, mas mais que isso, geram curiosidade e expectativa por revelarem informações que afetam diretamente aos sentidos, causando grandes repercussões na sociedade, visto que normalmente é alimentada uma sensação de insegurança muito maior do que os riscos reais, originando o “medo urbano”, ou seja, o medo comum e presente em todos os grandes centros urbanos: o medo da criminalidade, da violência, do outro. Como resposta, as pessoas se isolam cada vez mais, deixando de frequentar espaços públicos, temendo ainda mais o “outro” e investindo em mecanismos de segurança, na elevação dos muros e na fortificação de seus portões.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que quando discutimos sobre o fato de as pessoas utilizarem estratégias para se protegerem da criminalidade, como a instalação de câmeras, cerca elétrica, elevação dos muros e a contratação de seguranças, estamos interessados em trazer à discussão como estas medidas alteram o modo de vida das pessoas. Portanto, é importante salientar que não estamos dizendo que a violência e o crime não existem e que as pessoas não precisam se preocuparem ou se protegerem. Nossa intenção foi compreender de que forma o medo da criminalidade “molda” a rotina diária de vida das pessoas, em especial, dos uberlandenses.

FONTES

Índices de criminalidade em Uberlândia entre o período de janeiro de 2005 a setembro de 2009, fornecidas pela Base de dados do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) de Minas Gerais da 9ª Região da Polícia Militar (9ª RPM) com sede no 17º Batalhão da Polícia Militar, Uberlândia/MG.

Jornal Correio de Uberlândia (2005 - 2009).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Danny Marchesi de. *Programa do Ratinho: a aparição do grotesco*, In: FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência urbana e constituição de sujeitos políticos*. In: *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2000.

ALVES, Julia Falivene. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992.

ANGELO, Ivan. *A casa de vidro*, in: Lucas, Fábio. *Contos da repressão*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. *Dramas do cotidiano na programação popular da TV brasileira*, In: FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Ed. 34/Edusp, 2000.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CANCELI, Elizabeth (org.). *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e Poder*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos pós-graduandos em História e do Departamento de História da PUC de São Paulo, nº35. São Paulo: EDUC, 1981.

DE CERTEAU, Michel. *A linguagem da Violência*, In: A Cultura no Plural. Campinas, Papirus, 1995.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1977.

FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. São Paulo: Francis, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC-RIO, 2006.

LANA, Lúcia Campos de Cerqueira. *Denúncia e dramatização do cotidiano em Brasil Urgente*, In: FRANÇA, Vera (org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

ORTIZ, Renato. *El Contexto mundial y el iberoamericano*. In: CLAVERA, Eduard Delgado i, Luciana Jiménez, Jesús Martín Barbero y Renato Ortiz. *Cultura y Sustentabilidad em Iberoamérica*. Editora: OEI, Madri, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha, 2003.

ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SENNETT, Richard. *The Uses of Disorder: Personal Identity and City Life*. Londres: Faber, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. Trad. C. M. Azevedo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 5, nº 8/9, set. 1984/ abril 1985.

ZALUAR, Alba. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, vol. 04.